

por Paulo Sotero
de Washington

O contato do presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, com os representantes dos credores, em Nova York, se limitará a uma conversa com o presidente do comitê de bancos, William R. Rhodes, do Citibank, e um de seus dois co-presidentes, Leighton Coleman, do Morgan Guaranty. O outro co-presidente, Guy Huntrods, do Lloyds Bank, encontra-se em Londres e não estará presente. Mas o Lloyds provavelmente deverá enviar um representante.

A conversa foi combinada com Rhodes no fim da semana passada. Ocupadas nas últimas semanas com a dívida da Argentina, as fontes bancárias próximas ao comitê têm evitado comentar as negociações com o Brasil, limitando-se a observar que não poderão fazer enquanto o governo Sarney não chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A interrupção das conversas com o FMI, há duas semanas, sem maiores resultados, criou uma indesejável ansiedade entre alguns credores americanos. Alguns já arriscam falar do "perigo de alfonsinização" da negociação da dívida brasileira, referindo-se ao período de dezoito meses em que o presidente argentino, Raúl Alfonsín, se recusou a adotar medidas recessivas de política econômica ao país. Na semana passada, com a inflação na casa dos 1.000% e o país à beira do ingovernável, Alfonsín encerrou sua resistência, anunciando um plano draconiano de austeridade, que em alguns aspectos ultrapassou algumas demandas do FMI.

Na opinião de um representante de banco que conhece bem tanto o Brasil quanto a Argentina, a repetição desse mesmo processo, no Brasil, poderia ter consequências mais sérias, porque institucionalmente o governo Alfonsín, por ter sido eleito, está mais consolidado.

De imediato, o que preocupa os banqueiros é o cronograma da negociação. De acordo com o que Lemgruber lhes adiantou, em maio, a esta altura o governo e o FMI já estariam fazendo os acertos finais da carta de intenção e julho seria o mês da negociação com os bancos. Com a volta da missão do FMI, contudo, a impressão dominante passou a ser a de que as discussões sobre um novo programa econômico poderão prolongar-se por várias semanas e não deverá estar definido, na melhor das hipóteses, antes do início de agosto.

Reforçando esta possibilidade, a missão brasileira

que esteve recentemente no Brasil estará ocupada nas próximas semanas com o relatório da consulta anual, previsto no artigo 4º dos estatutos do FMI. De acordo com fonte do Fundo, o relatório tem de estar pronto para ser submetido à diretoria no início de agosto.

Alguns banqueiros já estão temendo que, se demorar para definir o acordo, o comitê e o Banco Central, em lugar de se dedicarem a negociar um pacote de reescalonamento plurianual da dívida, terão de, brevemente, dedicar suas energias a uma nova e ainda mais desgastante maratona para renovar a dívida brasileira por mais noventa dias, estendendo de 30 de agosto para 30 de novembro o prazo das medidas interinas em vigor para administração dos vencimentos de principal, além das linhas interbancária e de comércio. E esta é uma empreitada que será enormemente dificultada pela ausência de uma perspectiva de acordo com o FMI.

Por tudo isso, a direção do comitê está interessada em ouvir o relato de Lemgruber sobre o andamento das negociações com o FMI. Não há dúvida, contudo, de que o presidente do BC ouvirá dos banqueiros algumas referências ao "exemplo de Alfonsín". O mesmo deverá acontecer no encontro que Lemgruber, segundo seus assessores, teria com Paul Volcker, o presidente do Federal Reserve, o banco central americano. Até o fim da tarde de ontem o Fed ainda não confirmava o encontro.

Credores preocupados com déficit público

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

Os bancos norte-americanos estão muito mais preocupados com os problemas internos do Brasil — como a questão do déficit público — do que com a situação externa do País. O acúmulo de um razoável volume de reservas internacionais, a capacidade de exportação e os programas de substituição de importação são sintomas de que, na área externa o Brasil conseguiu equacionar devidamente suas dificuldades.

Essa impressão foi colhida nos EUA pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

Apesar de preocupados, os representantes dos bancos privados disseram considerar acertada a política de combate ao déficit público adotada pelo Brasil.

Bancos ansiosos com a suspensão da negociação